



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Dados sobre Violência Obstétrica na Região

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Ponta Delgada, 1 de agosto de 2022

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exmo. Sr. Secretario Regional da Saúde e Desporto

Em 2014, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou para o drama de “muitas mulheres [que] sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde”, afirmando que esse tratamento viola os “direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação” (Declaração WHO/RHR/14.23).

Um estudo publicado na revista "The Lancet Regional Health Europe" conclui que, no primeiro ano da pandemia, as grávidas portuguesas foram mais submetidas a práticas não recomendadas pela OMS do que as mulheres de outros 11 países da Europa. Em causa estão a episiotomia de rotina, um corte feito na região do períneo para ampliar o canal do parto, a manobra de Kristeller, a aplicação de pressão na parte superior do abdómen para facilitar a saída do bebé, uma prática proibida em vários países e o “ponto do marido”, que consiste num ponto que se faz ao término da sutura de uma episiotomia, com o objetivo de estreitar a área vaginal.

Com o objetivo de continuar a dar voz a todas as mulheres que tiveram um parto em Portugal, desta feita, entre 2015 e 2019, e de conhecer as suas experiências, a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto desenvolveu e aplicou a 2.ª edição do inquérito “Experiências de Parto em Portugal”. Três em cada dez mulheres inquiridas afirmam terem sido vítimas de abuso, desrespeito ou discriminação, sendo as intervenções não consentidas as apontadas como a forma mais recorrente dessa violência. De salientar que 81 mulheres açorianas participaram neste inquérito, correspondendo a 1,08% da amostra.

Considerando que se desconhece na região dados relativos a violência obstétrica, quer pela falta de sensibilização para esta realidade quer pela escassez de informação relativa a práticas de monitorização nos serviços de ginecologia/obstetrícia/bloco de partos dos hospitais da região.

Considerando que a violência obstétrica é uma realidade pela qual muitas mulheres passam sem sequer a identificar como uma violação dos seus direitos.

Considerando que é através do conhecimento dos dados que se pode atuar de forma proativa na prevenção e na erradicação de situações de violência obstétrica.

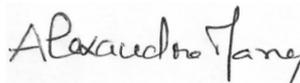
Assim, nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa. a seguinte informação:

- 1- Tem o Governo Regional conhecimento de situações de violência obstétrica nos serviços de Ginecologia/Obstetrícia/Bloco de partos dos hospitais da região? Que medidas têm sido adotadas nos respetivos serviços para a sua prevenção e erradicação? Solicita-se informação desagregada por hospital e serviço.
- 2- Estão a ser elaborados e implementados planos de nascimento nos hospitais da região? Que medidas são tomadas nos serviços quando existem desvios em relação aos planos de nascimento? Solicita-se informação desagregada por hospital e serviço.
- 3- Que medidas tem o Governo Regional adotado para monitorizar e prevenir este tipo de violência na região?
- 4- Qual o número de cesarianas, partos vaginais, episiotomias, manobras de Kristeller e partos instrumentalizados realizados nos hospitais da região, por ano, desde 2020? Solicita-se informação desagregada por hospital.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Ponta Delgada, 1 de agosto de 2022